



12, 13 e 14 de novembro

SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

RESUMO EXPANDIDO

Grupo de Trabalho (GT): GT 7

Modalidade do trabalho: Comunicação Oral

Formato de apresentação: Presencial

TRABALHO, COOPERATIVISMO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNÓLOGICA NA FORMAÇÃO DE JOVENS APRENDIZES DO SISTEMA FINANCEIRO

Raquel Stumpf Bernardes¹

Sara Nunes²

Cloves Alexandre de Castro³

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica, Jovem Aprendiz, Trabalho, Cooperativismo.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, em desenvolvimento, investiga os conceitos de trabalho e cooperativismo entre jovens aprendizes da Cooperativa de Crédito Central Ailos, em Blumenau (SC), analisando se esses conceitos dialogam com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O Ailos é um sistema de cooperativas composto por 13 cooperativas de crédito singulares, uma corretora e uma central. A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) classifica a Central Ailos como uma cooperativa de nível 2, cuja atuação foca na otimização de serviços e na promoção da sustentabilidade das cooperativas singulares. (ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO URBANO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2002).

¹ Mestranda do ProfEPT do Instituto Federal Catarinense, Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

² Professora do ProfEPT do Instituto Federal Catarinense, Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

³ Professor do ProfEPT do Instituto Federal Catarinense, Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

Realização



Financiamento



Apoio





SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

Desde 2020, a Central Ailos implementa o programa Aprendiz Cooperativo, que cumpre a legislação de cotas, mas também promove o desenvolvimento profissional e pessoal de jovens. Em parceria com o Centro de Educação Empresa-Escola (CIEE), o programa vai além da formação técnica prevista na Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, e compartilha com a instituição integradora a responsabilidade pela formação técnica e profissional dos jovens.

Para uma análise aprofundada do programa, a pesquisa utilizará abordagens metodológicas como pesquisa bibliográfica, documental e de campo, incluindo entrevistas narrativas e análise de narrativas desenvolvidas por Schütze. Esses métodos permitirão coletar e analisar dados sobre os conceitos de trabalho e cooperativismo dos aprendizes, verificar seu diálogo com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e mensurar os impactos do programa na formação dos jovens.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste referencial teórico, exploraremos conceitos que orientarão a pesquisa, formarão sua base teórica e permitirão uma análise crítica das dinâmicas envolvendo o trabalho, a juventude e o cooperativismo sob a ótica da EPT.

O Trabalho

Compreender o papel do trabalho na vida humana e sua configuração na sociedade contemporânea é essencial para analisar as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam experiências individuais e coletivas. Saviani (1984) destaca que o trabalho tem uma dimensão educativa: ao interagir com a natureza e transformá-la, o homem produz sua própria existência, reproduz a natureza e constitui a natureza humana.

Na sociedade contemporânea, o trabalho assume diversas formas e significados, refletindo as transformações de cada tempo. Essas mudanças exigem uma reavaliação das habilidades necessárias e reflexões sobre a precarização do trabalho e suas implicações para a dignidade humana.

Antunes (2020) argumenta que o trabalho é uma dimensão essencial da sociabilidade humana, por meio dele o ser humano transforma tanto a si mesmo quanto a natureza, em um processo integrado que satisfaz as necessidades mais básicas. No entanto, na sociedade capitalista, o trabalho assume um caráter abstrato,

Realização



Financiamento



fapesc

Apoio





SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

deixa de responder exclusivamente às necessidades concretas, passa a priorizar a reprodução e a acumulação do capital. Essa transição revela as complexidades e contradições do trabalho contemporâneo, onde as relações laborais são moldadas por interesses econômicos que muitas vezes se sobrepõem ao bem-estar humano.

A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII, provocou transformações que transcenderam os meios de produção, constituindo-se como um processo de profundas transformações sociais (THOMPSON, 2002; HOBBSAWM, 2015). Esse processo histórico culminou na formação da classe operária que, gradativamente, desenvolveu uma consciência de seu papel na estrutura social.

Sob a lente do capitalismo, o trabalho em nossa sociedade se transforma, amplia, mas não perde seu eixo central que é a divisão em classes e se constitui sob duas categorias fundamentais: os trabalhadores e os capitalistas. Enquanto a primeira depende do trabalho para sua sobrevivência, a segunda detém os meios de produção e depende dos trabalhadores para colocar em movimento o processo de produção.

Juventude Trabalhadora

Embora a Organização Mundial da Saúde (OMS) defina a juventude como a faixa etária de 15 a 24 anos é fundamental considerarmos as construções sociais que influenciam a experiência de ser jovem. Essas construções sociais são complexas, multifacetadas e refletem a interação entre fatores culturais, econômicos e políticos.

Abramo (2005), ao investigar os interesses, preocupações e demandas dos jovens brasileiros, identificou uma série de questões que se destacam entre as juventudes. No topo da lista estão: educação e emprego. Essa ênfase na educação e no emprego não é surpreendente, especialmente num cenário marcado pela precarização tanto do sistema educacional quanto das condições de trabalho.

De acordo com Guimarães (2005), do ponto de vista do mercado de trabalho, é possível identificar que as diferentes formas de socialização profissional variam conforme a classe social, nível de escolaridade, gênero, etnia, localização geográfica e contexto histórico. Um dos impactos mais significativos da relação entre juventude e trabalho, que evidencia as construções sociais, está na maneira como esses jovens são inseridos no mercado de trabalho. Guimarães (2005) destaca que os sistemas educativos e produtivos não apenas fornecem a formação de mão de obra, mas

Realização



Financiamento



Apoio





SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

também regulamentam as relações de trabalho. Essa dinâmica sugere que, idealmente, a inserção dos jovens no mundo do trabalho deveria ocorrer de forma estruturada e planejada, acompanhando o progresso educacional de cada indivíduo.

É fundamental ressaltar que, no Brasil, desde o ano 2000, existe uma regulamentação específica para o trabalho juvenil, estabelecida pela Lei do Aprendiz (Lei 10.097/00) que assegura aos jovens uma educação básica escolar, regulamenta os ambientes de trabalho e assegura o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social dos aprendizes.

O cooperativismo

Findado o período de guerras pela Europa, em 1815, após a vitória russa sobre Napoleão, a Inglaterra, grande produtora de insumos bélicos, passa por uma grande depressão. Singer (2002) relata que esse cenário econômico faz com que Robert Owen apresentasse, ao governo britânico, um plano de conversão do fundo de sustento aos pobres em compra de terras e construção de aldeias cooperativas. Para Owen as aldeias deveriam abrigar 1.200 pessoas, serem construídas próximas às indústrias, fazendo com que os trabalhadores tirassem seu sustento tanto da terra quanto da venda de sua mão de obra e o excedente fosse trocado entre diferentes aldeias.

Na cidade de Rochdale-Manchester, importante polo têxtil da Inglaterra, surgiu a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, considerada a primeira cooperativa moderna. De acordo com a OCB (2022), a cooperativa foi fundada por um grupo de 28 operários que, amparados pelos ideais de Owen, constituíram princípios, os quais, futuramente, tornaram-se os princípios universais do cooperativismo.

De acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), o cooperativismo chega ao Brasil em 1889, no segmento agrícola, crescendo sistematicamente ao longo dos anos. O Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2024, aponta que o Brasil possui 4.509 cooperativas, distribuídas em 1.398 municípios brasileiros e somam 23,45 milhões de cooperados, o que equivale a 11,55% da população, com base no último censo do IBGE.

Esse início da história é importante para compreendermos a forma com que Pinho (2001) apresenta o cooperativismo e conseqüentemente o conceito que nos norteará, uma vertente doutrinária, que acredita que mesmo com a modernização o

Realização



Financiamento



Apoio





12, 13 e 14 de novembro

SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

cooperativismo segue se orientando pela valorização humana, inspirada na experiência-símbolo dos Pioneiros de Rochdale.

A Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional no Brasil, surge como rede escolar e projeto nacional em 1909, com um propósito claro, formar operários e mão de obra através da reprodução mecânica e repetitiva de conhecimentos técnicos básicos. Entretanto, Castro, Palácido e Schenkel (2020) ressaltam que, embora recebesse a nomenclatura de Escola de Aprendizes Artífices, esse movimento se enquadra mais na ótica assistencialista do que num programa educacional.

É através do Movimento Escola Nova e do Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, que surgiram novas necessidades culturais e educacionais, gerando a necessidade de se olhar para a educação como uma questão nacional, apartada das velhas estruturas, essencialmente pública, laica, gratuita e obrigatória, organizada em níveis e modalidades. (NOGUEIRA; SENA; RIBEIRO, 2021).

O avanço da modernização industrial brasileira na década de 1950 evidencia a necessidade de preparar a sociedade para os novos desafios do mundo do trabalho. Nesse mesmo período as Escolas Industriais e Técnicas tornam-se entidades de direito público, passando a se chamar Escolas Técnicas Federais.

Na década de 1970, a legislação brasileira sobre o ensino de 1º e 2º graus foi marcada pela obrigatoriedade do ensino profissionalizante. Essa lei estabeleceu diretrizes para a educação, promovendo a profissionalização e a integração dos cursos técnicos ao currículo escolar, refletindo as necessidades do mercado de trabalho da época e amparando-se na pedagogia tecnicista. No entanto, essa abordagem foi revista uma década de 1980, quando se flexibilizaram as exigências e permitiu que as escolas optassem por oferecer ou não cursos técnicos, adaptando-se assim às novas demandas sociais e educacionais que emergiam.

Com a redemocratização do país, o debate sobre os rumos educacionais se intensificou, culminando na elaboração da Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Essa legislação representou um marco ao articular trabalho, ciência e tecnologia no ensino regular e redefinir a educação profissional, que deixou de ter um caráter assistencialista.

Realização



Financiamento



Apoio





12, 13 e 14 de novembro

SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

É somente em 2003, que se estabeleceu um projeto de educação profissional tecnológica, que culmina com a criação dos Institutos Federais (CICHACZEWSKI, 2023). Nesse projeto, buscou-se articular trabalho, ciência e cultura na formação profissional.

Com essas perspectivas buscamos compreender como os conceitos de trabalho e cooperativismo estão sendo construídos pelos jovens aprendizes da Cooperativa de Crédito Central Ailos durante sua participação no programa Aprendiz.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem um caráter exploratório, de natureza básica e abordagem qualitativa. A escolha da abordagem qualitativa se justifica por permitir uma compreensão mais rica e detalhada das experiências, percepções e significados que os participantes atribuem ao fenômeno em estudo. Em vez de se limitar a dados numéricos, essa abordagem busca captar a complexidade das interações sociais e das realidades vividas pelos indivíduos, proporcionando uma visão holística do contexto. (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009).

Para a entrada em campo, entendemos que a opção por uma entrevista narrativa é a técnica coerente para esse processo metodológico, uma vez que a entrevista narrativa tem como um de seus objetivos romper com o esquema pergunta-resposta recorrente em outros instrumentos de coleta de dados.

Por meio da utilização dessas metodologias será possível verificar qual é a concepção de trabalho e de cooperativismo que os jovens aprendizes da Central Ailos desenvolveram ao longo do programa, além de permitir compreender se algum princípio da EPT se faz presente no programa Aprendiz Cooperativo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista que essa é uma pesquisa em desenvolvimento, os resultados estão na esfera da pesquisa bibliográfica e documental. Até o presente momento, eles já esboçam uma discussão inicial sobre a interferência do cooperativismo na constituição do trabalho e, conseqüentemente do desenvolvimento socioeconômico do Vale do Itajaí.

Realização



Financiamento



Apoio





12, 13 e 14 de novembro

SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em desenvolvimento "Trabalho, Cooperativismo e Educação Profissional e Tecnológica na Formação de Jovens Aprendizizes do Sistema Financeiro" procura oferecer uma síntese dos conceitos de trabalho e cooperativismo entre jovens aprendizizes da Cooperativa de Crédito Central Ailos, evidenciando se há consonância com os princípios da EPT.

De abordagem qualitativa e exploratória, a investigação busca evidenciar se o Programa Aprendiz Cooperativo apenas atende à legislação trabalhista, ou se fomenta valores do cooperativismo, apresentando possíveis impactos na formação profissional dos jovens.

Os resultados preliminares incentivam a adoção de iniciativas similares ao programa Aprendiz Cooperativo. Teoricamente, eles enriquecem o debate, inaugurando uma discussão entre cooperativismo e EPT, através de abordagens que integram trabalho e cooperação para emancipação social.

Direções futuras incluem expansões comparativas para amplificar os achados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CASTRO, Cloves Alexandre de; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. **Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico**. Publicado em: 03 jun. 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 03 dez. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e trabalho**: bases para debater a Educação Profissional Emancipatória. *Perspectiva*, Florianópolis. v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

ABRAMO, Helena. BRANCO, Pedro Paulo Martoni **Retratos da Juventude Brasileira**: Análises de uma pesquisa Nacional. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2005.

PINHO, Diva Benevides. **Cooperativismo**: Fundamentos doutrinários e teóricos. São Paulo. ICA. 2001.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2002.

Realização



Financiamento



Apoio

